

ANPEGE: CONTEXTO DE FORMAÇÃO E RELAÇÕES POLÍTICAS E CIENTÍFICAS

ANPEGE: CONTEXT OF FORMATION AND
RELATIONS POLICY AND SCIENTIFICS

ANPEGE: CONTEXTO DE FORMACIÓN Y
RELACIONES POLÍTICAS Y CIENTÍFICAS

Vanessa Teixeira

*Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).
UNICENTRO. Rua Afonso Botelho, 1955; Bairro Santa Cruz, Guarapuava/PR; CEP: 85015-000.
e-mail: vanessateixeira1904@hotmail.com*

Márcia da Silva

*Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual do Maringá. Professora da Universidade
Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), em Guarapuava (graduação, mestrado e doutorado) e da
Universidade Estadual de Maringá (UEM - mestrado e doutorado), Rua Professor Amálio Pinheiro,
878, Bairro Santa Cruz, Guarapuava/PR
CEP: 85015-440. e-mail: marcia.silvams@gmail.com*

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma discussão acerca das transformações ocorridas na ANPEGE desde a sua criação, a formação das candidaturas à presidência da associação, as diretorias que foram constituídas, bem como suas propostas, objetivos políticos e científicos. Os procedimentos metodológicos basearam-se em levantamento teórico e entrevistas com ex-presidentes de cada diretoria da ANPEGE de acordo com o biênio de gestão no período de 1995 a 2013, substituídos por outros membros (secretários ou tesoureiros) quando da ausência daqueles, como um dos instrumentos de coleta de dados qualitativos e quantitativos. Verificou-se que o processo de criação oficial da ANPEGE teve diversas resistências, principalmente vinculadas a relações políticas estabelecidas e razões ideológicas. Após sua fundação, a ANPEGE passou por momentos difíceis na consolidação, como discussões políticas para o fortalecimento de seu papel e por dificuldades em sua gestão, ainda era uma entidade pequena quando comparada à AGB, que se constituía a grande instituição representante da Geografia brasileira.

Palavras-chave: Criação da ANPEGE, relações de interesses, política.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present a discussion about the transformations occurred in ANPEGE since its inception, the formation of candidates for the presidency of the association, the directorships that were formed as well as their proposals, political and scientific objectives. The methodological procedures were based on theoretical research and interviews with past presidents of each directorships ANPEGE according to the biennium management from 1995 to 2013, replaced by other members (secretaries or treasurers) when the absence of those, as a the instruments of collecting qualitative and quantitative data. Was found that process of formal establishment of ANPEGE had several resistances, mainly (especially) linked to established political relations and ideological reasons. After its founding, the ANPEGE went through difficult times in the consolidation, as political discussions for strengthening their role and difficulties in management, it was still a small entity when compared to AGB, which constituted a great institution representative of the Brazilian Geography.

Keywords: Formal establishment of ANPEGE, relations of interests, policy.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es presentar una discusión acerca de las transformaciones en ANPEGE desde su creación, la formación de los candidatos a la presidencia de la asociación, las diretorias que fueran propuestas, así como sus propuestas, objetivos políticos y científicos. Los procedimientos metodológicos se basan en la investigación teórica y entrevistas con ex presidentes de cada diretoria de la ANPEGE de acuerdo con la gestión bienio 1995-2013, sustituidos por otros miembros (secretarios o tesoreros) cuando la ausencia de aquellos, como un de los instrumentos de recolección de datos cualitativos y cuantitativos. Se encontró que el proceso de establecimiento formal de ANPEGE tenía diversas resistencias, principalmente vinculados a las relaciones políticas establecidas y las razones ideológicas. Después de su fundación, la ANPEGE pasó por momentos difíciles en la consolidación, como las discusiones políticas para el fortalecimiento de su función y por dificultades en la gestión, seguía siendo una entidad pequeña si se compara con AGB, que constituíase como una gran institución representativa de la Geografía brasileña.

Palabras clave: Creación de ANPEGE, relaciones de intereses, política.

INTRODUÇÃO

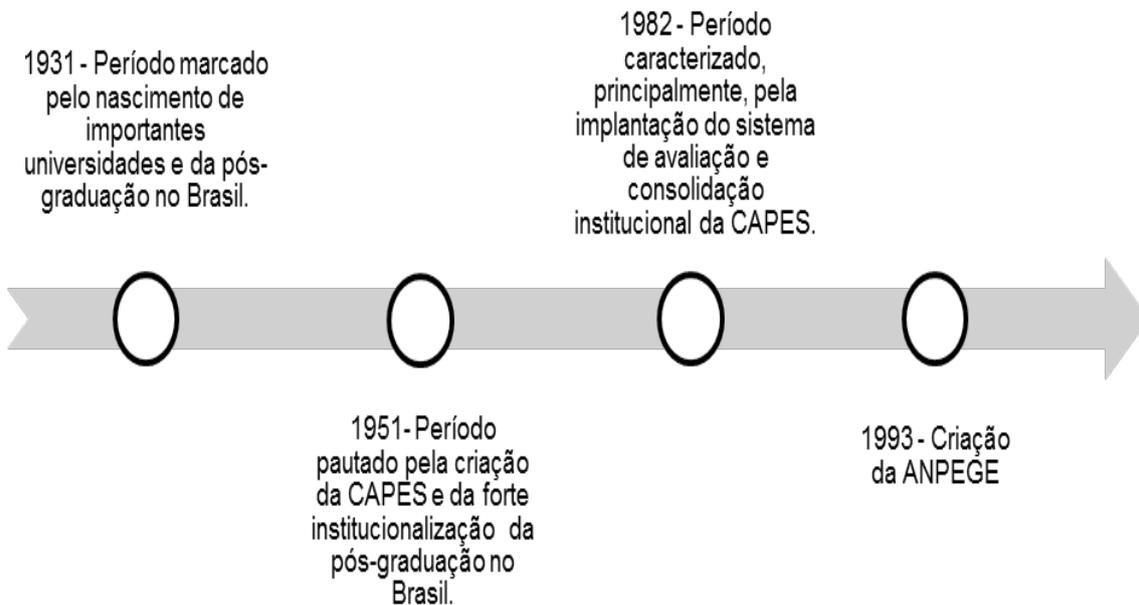
A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE) é a entidade que representa os programas de pós-graduação e a pesquisa em Geografia daí resultante, no Brasil. Assim, a organização da mesma permitiu identidade aos estudos da pós-graduação em Geografia no Brasil na contemporaneidade, para além da luta pela constante qualificação da pós-graduação e pesquisa, buscando promover a integração dos programas, reunião de docentes, pesquisadores e discentes, ao aperfeiçoamento da investigação geográfica, além de promover atividades de natureza científica (HISTÓRICO ANPEGE, 2015).

Nesse sentido, considerando a importância dessa Associação para os estudos e pesquisas da pós-graduação em Geografia e seu reconhecimento científico, este trabalho tem por objetivo analisar os componentes do quadro histórico e político da ANPEGE, bem como nas suas ações. Assim, o presente trabalho está organizado em três momentos. O primeiro dedicando-nos a compreender os encadeamentos e relações políticas e de poder estabelecidas para sua formação e as dificuldades enfrentadas desde a sua criação. Elaborado com fundamentos a partir da análise documental e entrevistas, apresenta e discute as divergências e disputas entre grupos na formação da associação, bem como a articulação de interesses e os revezamentos e permanências dos que levitam em seu entorno.

A segunda parte deste trabalho, procura destacar o Estatuto e informações organizativas e administrativas relacionadas a ANPEGE. Na última parte, após as observações sobre o papel político e científico da entidade e sua estrutura, este trabalho finaliza com a contextualização da formação das candidaturas à presidência da associação, as diretorias que foram constituídas, bem como suas propostas, objetivos políticos e científicos através de suas representações – nesse caso, especificamente, pelas lideranças de cada gestão da ANPEGE. A amostra selecionada totaliza 9 entrevistados vinculadas ex-presidentes de cada diretoria da ANPEGE no período investigado, substituídos por outros membros (secretários ou tesoureiros) quando da ausência daqueles, de acordo com o biênio de gestão.

COMPONENTES HISTÓRICOS E POLÍTICOS NA FORMAÇÃO DA ANPEGE

A ANPEGE tem ainda uma recente história de existência a partir de sua criação oficial, em 1993, passando por mudanças vinculadas à ampliação do número de programas de pós-graduação em Geografia no Brasil ou pela abertura de questões associadas a renovação da Geografia traduzida nas “linhas de pesquisa” dos programas (BOLETIM INFORMATIVO ANPEGE, 2007). Ao analisar a história da ANPEGE, Silva; Oliveira (2009) lançam três importantes momentos/marcos que antecederam a sua criação, como destacamos na figura 1.

Figura 1: Marcos históricos importantes que antecederam a criação da ANPEGE.

Fonte: SILVA; OLIVEIRA (2009).
Org.: TEIXEIRA, V. (2015).

A análise desses marcos históricos, ainda que de maneira esquemática, nos mostra alguns aspectos interessantes. Sem entrar no mérito de discutir o aprofundamento de cada um desses períodos, é importante compreender que o primeiro deles, na década de 1930¹, é tido como referência em função da implantação de algumas universidades e das primeiras medidas legais² a investigação científica em diferentes domínios do conhecimento humano para o ensino universitário. Desse modo, mudanças junto ao ensino superior, com a elaboração do estatuto das universidades brasileiras, “visava[m] estabelecer a organização padronizada de todas as instituições de ensino superior do país” (NOGUEIRA, 2012, p. 320).

Nesse sentido, de acordo com Silva; Oliveira (2009, p. 80), entre as medidas estabelecidas naquele momento, estava o decreto nº 19.851 que conferia “as universidades nascentes o duplo atributo de lugares realizadores de pesquisas e, ao mesmo tempo, de lugares formadores de pesquisadores e doutores em ciências”. Ainda segundo os autores (2014, p.10) “estaria aí a certidão de nascimento da nossa pós-graduação, uma vez que o decreto cola, desde a origem da institucionalização do ensino superior, a investigação científica, a saber, a pesquisa [...]”.

¹ De acordo com Nogueira (2012, p.320), foi a partir das décadas de 1920-1930 que os debates em torno da necessidade em se instituir “uma estrutura pública e universal de ensino adquirem maior expressão, como atestam a fundação da Academia Brasileira de Ciências, em 1922, e da Associação Brasileira de Educação, em 1924”.

² Decreto nº 19.851, de abril de 1931 (Governo provisório de Getúlio Vargas).

Também ocorre nesse período a fundação da Associação de Geógrafos Brasileiros – AGB (1934)³; a organização dos cursos universitários de Geografia, a exemplo da Universidade de São Paulo; a normatização da Geografia como disciplina no ensino básico de alguns estados brasileiros; a criação do IBGE (1937); a criação do Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq⁴ (1949) (SILVA; OLIVEIRA, 2009).

No segundo período, nas décadas de 1950-1960, aprofunda-se a formação pessoal docente⁵ nas universidades; a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁶; criação do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico – FUNTEC, que se transferiu posteriormente à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP; a consolidação do regulamento da pós-graduação mediante aprovação do parecer n. 977⁷, em 1965, pela Câmara de Ensino Superior (CES) do então Conselho Federal de Educação (CFE), permitindo a CAPES novas atribuições e meios orçamentários (SILVA; OLIVEIRA, 2009).

Tendo esses pontos como referência, é possível dizer que os cursos de pós-graduação em Geografia no Brasil são estabelecidos formalmente após a reforma universitária de 1968⁸, quando foi solicitado pelo MEC a criação do primeiro programa na Universi-

³ De acordo com Antunes (2008, p. 32) “a AGB surge num contexto da Geografia brasileira chamado por muitos de período de institucionalização da ciência geográfica, ao lado de um conjunto de outras instituições já existentes ou ainda que surgiram logo após sua criação, vai conformar não só esse período, mas a possibilidade de produzir e pensar a Geografia no Brasil na perspectiva de uma dada modernidade científica”.

⁴ Hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. De acordo com Romêo; Romêo; Jorge (2004) a criação do CNPq teve “o objetivo primordial de responder pelas atividades na área de energia nuclear e promover a capacitação científica e tecnológica nacional. Sua criação deveu à convergência de interesses entre militares, técnicos do governo e a comunidade científica nacional.” De acordo com Silva e Oliveira (2008, p. 80), no seu art. 3º, tinha por finalidade: “a) promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativa própria, ou em colaboração com outras instituições no país ou no exterior; b) auxiliar a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos especializados [...]; c) manter-se em relação com instituições nacionais ou estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica e participação nas reuniões e congressos [...]”.

⁵ Cury (2005), ao fazer uma leitura das medidas tomadas ainda no início de uma consolidação da pós-graduação no Brasil, lembra das várias iniciativas do governo brasileiro, a exemplo a firmação de um acordo com os Estados Unidos celebrando os diversos convênios entre as universidades, impulsionando a ida de estudantes para mestrado e doutorado, do mesmo modo possibilitando a vinda de professores norte-americanos ao Brasil para desenvolver programas de pós-graduação. Conforme expõem Silva; Oliveira (2009, p. 81), no campo da Geografia foram “os geógrafos que trabalhavam no IBGE nesse período aqueles que mais usufruíram desse estímulo de formação de pessoal em nível de pós-graduação através de convênios celebrados com importantes universidades norte-americanas”.

⁶ A Capes foi criada em 1951 com o “intuito” de impulsionar o desenvolvimento da pós-graduação no país, mas somente após 20 anos a mesma passou a avaliar os programas de pós-graduação, e foi a partir de 1999 que se teve a definição e a implantação de um modelo de avaliação, passando a atribuir notas aos programas e não aos cursos individualmente (MACCARI, 2009). Este órgão tem duas funções: fomento e acreditação. Mas, conforme aponta Mendonça (2005, p. 17), a “CAPES desenvolve uma ação altamente concentradora no que concerne à gestão da pós-graduação brasileira. Ela tem o monopólio da avaliação, recomendação e reconhecimento de todos os cursos de pós-graduação no país, além de gerenciar uma quantidade expressiva das verbas destinadas aos cursos e programas, diretamente ou via bolsas de estudo. Decorre desta concentração uma atitude quase policalésca e de fiscalização do sistema, algo facilitado pelo centralismo na análise e decisão, mas que engessa a liberdade e a independência da autogestão dos cursos e programas”.

⁷ O documento (Parecer nº 977) estabeleceu o formato básico da pós-graduação brasileira, diferenciando-se em dois níveis – mestrado e doutorado (SANTOS; AZEVEDO, 2009).

⁸ Segundo Neto; Oliveira (2014, p. 11) “os cursos de mestrado e doutorado nas universidades brasileiras só se desenvolveriam, a partir da polêmica Reforma Universitária de 1968, em pleno regime militar que, contraditoriamente, daria ênfase a pós-graduação”. Os cursos de pós-graduação na Universidade de São Paulo (USP) são exemplos desse cenário.

dade de São Paulo - USP que, posteriormente, em 1971, foi fragmentado em dois programas - Geografia Física e Geografia Humana, ambos com cursos de mestrado e doutorado.

Conforme aponta Suertegaray (2007, p. 18), pela análise do relatório da Capes, “os primeiros cursos de pós-graduação em Geografia a integrarem o Sistema Nacional de Pós-Graduação foram os de Geografia Humana e de Geografia Física da Universidade de São Paulo”, cabendo, em 1972, a criação do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1976 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e em 1977 na Universidade Estadual Paulista - UNESP/ RC (SILVA; OLIVEIRA, 2009).

Apesar de somente então a pós-graduação em Geografia ser formalizada, a formação de doutores pela USP é anterior a esta iniciativa, com a primeira tese em Geografia defendida em 1944⁹, isso porque anteriormente a vigência do parecer nº. 977, do ano de 1965, o Brasil já possuía cursos de pós-graduação em funcionamento, entretanto, “não havia uma definição clara dos fins e objetivos da pós-graduação, nem da sua estrutura. Foi esse um dos motivos que levaram à elaboração do referido parecer”, procurando esclarecer a natureza e os objetivos desse nível da educação superior e referência sistemática para a organização e implementação da pós-graduação brasileira (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 535).

Posteriormente, no terceiro período apresentado na figura 1, década de 1980, inicia-se a consolidação institucional e fortalecimento da CAPES, em sua ação e papel como órgão reitor da pós-graduação no Brasil e de “estimulo” ao acompanhamento e a avaliação dos programas em nível nacional; aos esforços de implantação do sistema de avaliação e mecanismos de acompanhamento dos programas, estabelecendo diretrizes, metas e prazos a serem cumpridos pelos programas (SILVA; OLIVEIRA, 2009).

De acordo com Silva e Oliveira (2009, p. 84):

Os cursos de pós-graduação em geografia, mestrado e doutorado, foram fortemente marcados por este momento. Até então, os prazos de realização e defesas de dissertações e teses eram bastante elásticos, havendo descompasso entre os diferentes programas e turmas. Foi a partir desta década que a CAPES passou, efetivamente, a tomar para si a tarefa de coordenação dos diferentes programas nas diversas áreas do conhecimento e regiões do país.

Na década seguinte (1990) foram instituídos parâmetros nacionais, comuns a todos os programas de pós-graduação, sobre o sistema de avaliação e acompanhamento - sistema *qualis* e classificação por meio de conceitos, o que deu margem para o quantitativo e o produtivismo se sobreporem ao qualitativo da produção científico (SILVA; OLIVEIRA, 2009).

⁹ O Decreto 19.851 de 1931, “dispunha sobre o ensino superior no Brasil, estabelecia como critério para a titulação de doutor, a defesa de uma tese de natureza técnica ou científica, cuja relevância seria julgada por uma comissão formada por membros com conhecimento especializado na matéria” (FERNANDES, 2015, p. 137).

Quanto às motivações para a criação da Associação científica de pós-graduação em Geografia, algumas questões serão apontadas. Primeiramente, não se pode perder de vista que a Associação Nacional de Geógrafos – AGB, ainda que não faça parte diretamente dos marcos expostos na figura 1, impõe-se significativamente para a criação oficial da ANPEGE.

Na realidade, a AGB era o principal órgão que representava a Geografia brasileira no campo profissional no cenário nacional, “inclusive, no tocante a assuntos relativos à pós-graduação” (SILVA; OLIVEIRA, 2009, p. 80). Ariovaldo Umbelino de Oliveira (em entrevista)¹⁰ explica que “[...] o desejo de criação da ANPEGE já era antigo entre uma parte da Geografia brasileira e esse movimento está ligado diretamente ao que aconteceu com a AGB. Então, não se pode discutir a ANPEGE sem entender o que aconteceu na AGB”.¹¹ Aqui, o pesquisador refere-se, principalmente, as conjunturas resultantes do 3º Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), promovido pela AGB¹², em Fortaleza – CE, em 1978¹³.

Tais afirmações se tornam mais plausíveis quando tomamos as colocações de Moreira (2000, p. 28), ao explicar que a Geografia brasileira vivenciava um estado de grande ebulição, desde 1978¹⁴: “o pensamento geográfico brasileiro passava por um processo interno de questionamento, renovação discursiva e intenso debate”. Desta forma, “nos vários cantos do país movimentos de crítica e renovação, espontâneos, difusos e, portanto, sem hegemonia nacional vinham acontecendo” (MOREIRA, 2000, p. 29).

Podemos observar, no fragmento de entrevista transcrito na sequência, o processo de mudança na perspectiva organizacional da AGB, a qual se refletiu na reformulação de seu Estatuto enquanto uma Associação de pesquisadores e aos embates entre diferentes concepções do pensar e do fazer geográfico. Esse fato desencadeou uma série de mudanças na organização da AGB quanto a forma de admissão de sócios, já que estes eram divididos em categorias diferenciadas¹⁵ - classificadas como elitizante por muitos pesquisadores e estudantes de Geografia.

¹⁰ Informações cedidas em entrevista por Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Entrevista realizada em Presidente Prudente/SP, no dia 11 de Outubro de 2015, durante o XI ENANPEGE, às 20 h, na FCT/UNESP.

¹¹ Também consultar: SPOSITO, E.S. Breve Histórico da AGB. Disponível em: <http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/eliseun5.pdf> Acesso em 01 Nov. de 2015; FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de. Considerações sobre a renovação crítica da Geografia Brasileira. Geografia em questão, V.05, n. 01, 2012, p. 11-27.

¹² Entidade fundada a partir da articulação de Pierre Deffontaines, inspirada no modelo da Associação dos Geógrafos Franceses, com personagens da elite paulistana (ANTUNES, 2008).

¹³ Conforme Karol (2013, p.74) até esse momento a AGB “caracterizava-se como uma associação de pesquisadores ligados ao IBGE e as universidades”.

¹⁴ Na década de 1970 “a Geografia Crítica iniciou sua influência no âmbito universitário e teve decisiva participação nas disputas verificadas na Associação de Geógrafos Brasileiros-AGB. Podemos afirmar que o Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiros realizado em Fortaleza (Ceará), no ano de 1978, demarcou o início da Geografia Crítica a nível nacional, sendo o encontro seguinte, o de 1980, no Rio de Janeiro, a vitória desta corrente frente às tendências existentes” (MOREIRA, 2000, p. 29).

¹⁵ Segundo Sposito (2004, p. 158), constituída em seu quadro associativo “por sócios titulares e sócios convidados, a AGB tinha restrições a participação de estudantes em seus eventos”. Vale lembrar que a definição de categorização de sócios foi muito debatida no interior da Associação em vários momentos das mudanças dos seus estatutos.

Assim, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (em entrevista) explica que:

[...] em 1978, em Fortaleza, quando foi decidida a assembleia de 1979 em São Paulo, de mudanças dos Estatutos da AGB para extinguir a categoria de sócio titular que a AGB tinha, em comparação com os chamados sócios cooperadores¹⁶, ou seja, uns podiam tudo (os titulares) e os outros, que era a grande maioria, não podiam nada, não tinham poder nenhum para decidir sobre A, B, ou C na vida da entidade. [...] e para ser presidente só poderia ser membro da diretoria apenas sócio titular, e para ser sócio titular tinha que passar por uma “defesa de tese”. Incluía fazer um trabalho, apresentar aos sócios titulares, que faziam uma banca e examinavam para verificar se você poderia ser um sócio titular. Então, era assim a entidade. E com o apoio, sobretudo, de Milton Santos e do Manuel Correia de Andrade, em Fortaleza, se conseguiu a aprovação da mudança do Estatuto (*Entrevista Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2015*).

Segundo Andrade (2002, p.17), “a AGB limitava muito o número de pessoas que participavam da Associação. Os congressos eram realizados em cidades pequenas e geralmente se procurava limitar a frequência a 100 ou 150 pessoas.” Com aprovação da mudança do Estatuto da AGB, na realização do 3º Encontro Nacional de Geógrafos¹⁷, em 1978, desejava-se amenizar muitas das práticas universitárias que se cometiam junto a Associação, permitindo mais acesso aos estudantes e outras demandas (SUERTEGARAY, 2010).

Do mesmo modo, em meio ao período histórico de início de abertura política do país (final dos anos 1970 e início dos anos 1980), o encontro foi uma etapa fundamental, atendeu muito aos processos e ações sobre a ciência geográfica e “ensejou o olhar recíproco, o conhecimento dos protagonistas uns dos outros, a conscientização dos descontentamentos que promovem a necessidade das mudanças e a aglutinação das idéias que precipitam a crise da ciência” (MOREIRA, 2000, p. 29). O encontro aconteceu num momento em que a sociedade brasileira passava por grandes transformações, com o reaparecimento de importantes agentes sociais, como o Movimento Operário e o Movimento Estudantil (ANTUNES, 2008).

Nas palavras de Haesbaert (2009, p. 165), nesse encontro, houve um acirrado debate entre a abordagem que Milton Santos trazia (estava voltando da França) “de uma Geografia mais crítica, e a Geografia dita quantitativa, neopositivista, predominante em centros como a UNESP - Rio Claro e a UFRJ, no Rio de Janeiro”.

¹⁶ A questão das categorias de sócios também é evidenciada no estudo de Souza (2006), quando esclarece que havia duas categorias de sócios: os efetivos, com direito a pleito, e os cooperadores - formadas por todas as pessoas interessadas em estudos da Geografia, sem obra específica da área. De acordo com Souza (2006), o sócio se iniciava como cooperador e só passava a efetivo se os efetivos resolvessem elegê-lo para o clube fechado, um sistema que não permitia que intelectuais não-geógrafos chegassem a posição de controle da associação. No entanto, na década de 1970, novos grupos alinhados à esquerda política passaram a predominar na associação, fazendo muitos dos antigos sócios se retirarem devido a uma série de questões, entre elas divergências de orientação política, questões reacionárias ou dissidentes (SOUZA, 2006).

¹⁷ Segundo Moreira (2000), o III Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiros, realizado no ano de 1978, demarcou o início da Geografia Crítica no nível nacional, sendo o encontro seguinte, o de 1980, no Rio de Janeiro, a vitória desta corrente frente às tendências existentes.

Nesse sentido, de acordo com Diniz (1987), esta reunião possibilitou diversas manifestações de mudanças nas concepções geográficas no Brasil, sobretudo com uma crítica severa aos métodos quantitativos e uma preocupação acentuada com as questões sociais, sobre os estudos urbanos e outros. Isto é, a finalidade era o resgate da Associação com sentido da autonomia e da gestão coletiva.

Sobre as mudanças do estatuto¹⁸ da AGB, marcadas para serem oficializadas na reunião extraordinária em São Paulo, em 1979, estas levaram a mudança do “regulamento interno da AGB e reorganização no plano administrativo-político, assim, possibilitando a participação de estudantes e de outros geógrafos que, até então, não tinham sido contemplados com a adesão” (ANTUNES, 2008, p. 282). Assim, foram extintas as seções regionais, as categorias de sócio titular e de sócio colaborador e foram criadas as seções locais, além de todos os sócios passarem a ter os mesmos direitos e obrigações (SOUZA, 2006).

De acordo com Antunes (2008, p. 282):

[...] os estudantes tiveram um papel muito importante nesse momento, questionando a ordem autoritária vigente na sociedade brasileira e na AGB. Então a AGB, de certa forma, sofreu a crítica de todo um autoritarismo na forma de aceitação dos sócios. Ela levava a uma crítica pertinente às suas estruturas internas, mas essa crítica veio no bojo geral de todas as formas autoritárias.

Em explicação sobre a Assembleia realizada em São Paulo e seus acontecimentos e personagens, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (em entrevista) aponta alguns dos problemas que estavam no interior da Associação.

[...] com a assembleia de São Paulo, a diretoria eleita em Fortaleza abriu a assembleia de mudança de Estatuto. A diretoria inteira renunciou ao cargo e a AGB ficou acéfala no meio de uma assembleia que pretendia mudar o Estatuto. E a assembleia decidiu, numa comissão de quatro professores, que se dirigisse a AGB até o encontro que seria no ano seguinte, em 1980, no Rio de Janeiro que estava combinado - decidido em Fortaleza que iria ser na UFRJ com o apoio do IBGE. Em função do que aconteceu em São Paulo na mudança do Estatuto, uma parte dos sócios da AGB e, sobretudo, uma parte dos titulares (eu diria a maior parte dos titulares) decidiram sair da AGB, e a UFRJ e o IBGE tiraram o apoio ao encontro nacional no Rio de Janeiro. Nós quatro, eu era um dos quatro, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Ruy Moreira e José M. Gusmão (que é um colega de São Paulo, que depois não fez a carreira universitária, mas era sócio da AGB e participante, e ele se tornou um exemplar professor de Geografia na rede pública de São Paulo), tivemos essa tarefa de levar a entidade [AGB] até o Rio de Janeiro. E com a retirada do apoio da UFRJ e do IBGE, nós ficamos sem recurso nenhum para fazer o evento e sem lugar para fazer o evento. Graça ao apoio de Orlando Valverde, que ministrava aula na PUC, e conhecia o reitor da PUC, consegui uma entrevista e o reitor cedeu a PUC gratuitamente para que nos fizessemos o evento de 1980 e foi uma movimentação de cada um, cada um pagou suas dispensas e o evento aconteceu com quase duas mil pessoas lá na PUC Rio. E esses geógrafos que eram sócios titulares, eles deixaram de participar das atividades da entidade (*Entrevista Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2015*).

¹⁸ Diante dos propósitos dessa dissertação, não foram abordados os aspectos de mudanças do estatuto da AGB, os efeitos e os contextos daí decorrentes. Mais informações consultar, por exemplo: ANTUNES, Charles da França. A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) - origens, idéias e transformações: notas de uma história. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói- RJ, 2008.

O afastamento de alguns geógrafos que eram sócios titulares da AGB e, com eles, o apoio de órgãos oficiais¹⁹ também é lembrado por Sposito (2004) e Karol (2013)²⁰ em alguns de seus trabalhos.

Os conflitos e contradições no interior da entidade nos fazem pensar nas dinâmicas de poder envolvendo pesquisadores a partir de determinadas correntes teóricas²¹ e aceções ideológicas no campo da Geografia brasileira, naquele momento, em relação a mudança projetadas (maior democratização para a participação) no estatuto da AGB, trazendo novos rumos aos debates e ao perfil da entidade.

Segundo Andrade (1992, p. 139), com a ação democratizante de ampliar a condição de sócio titular para todos os profissionais, “a AGB perdeu muito o caráter de instituição que ministrava cursos, que formava geógrafos. Primeiro porque ela não podia concorrer com as universidades que estavam criando cursos de pós-graduação.” Também aponta que “com a participação de centenas de geógrafos aos encontros não se podia fazer excursões de pesquisas de campo” (ANDRADE, 1992, p. 139).

O rompimento com a AGB de parte de grupos/pesquisadores²² intensificou a realização de eventos segmentados, em Geografia, e desarticulados com a Associação, como explica Ariovaldo Umbelino de Oliveira:

¹⁹ No período, o IBGE colocava-se como um dos núcleos difusores da Geografia quantitativa brasileira junto ao Núcleo de Rio Claro, formado por professores da UNESP, como Antonio Christofolletti e Alexandre Filizola Diniz.

²⁰ “Os geógrafos que defendiam seus privilégios se afastaram da AGB e se refugiaram em outras instituições como a UGI para continuar pensando uma Geografia com caráter subalternizado, que é mais prestigiada academicamente, a partir do mundo anglo-saxônico” (KAROL, 2013, p. 73). Ainda segundo o autor, naquela época a UGI, pode-se considerar como uma instituição imperialista que buscava impor uma Geografia ao serviço do Capital e colonizadora.

²¹ Naquele período, estruturou-se correntes de pensamento na Geografia com influência ao ideário marxista, do empirismo lógico e outros, incorporando concepções de ciência e métodos.

²² José Bueno Conti descreve a crítica sobre este movimento, a qual se manifestou de forma contrária. Indicou que a Assembleia em São Paulo foi um processo tumultuado, com nenhum respeito às opiniões divergentes e até uma certa truculência (CONTI, 2002). Ainda segundo o autor, “fazer um documento escrito pedindo exoneração dos quadros da AGB foi um ato isolado meu. Mas a resistência a isto que aconteceu na AGB, contou com outros professores, como o Manoel Corrêa de Andrade, José Ribeiro de Araújo Filho, José Cezar de Magalhães e outros (CONTI, 2002, p. 216).

[...] uma parte desse grupo [ex-sócios titulares da AGB] criou²³ o ENGA (Encontro Nacional de Geografia Agrária) para se separar da AGB (para ser um evento separado da AGB), por isso que até hoje o ENGA não é organizado nem pela AGB e nem pelas universidades, é um grupo de pessoas que organiza. É evidente que a Geografia brasileira ficou irremediavelmente dividida, então eram os chamados da Geografia Crítica e a Geografia Positivista, Tradicional. Os nomes eram meio ao sabor de como se fazer, que fizeram os primeiros estudos sobre a história da Geografia Brasileira. [...] então, essa divisão fez com que, também, uma parte desses grupos, representado pelo professor José Alexandre Filizola Diniz (UFSE), Lucia Helena Gerardi (UNESP/Rio Claro – SP), Maria do Carmo Galvão (UFRJ) se articulassem para formar uma entidade, e eles tentaram várias vezes criar a ANPEGE e sempre foram boicotados, porque era só uma parte que aceitava e a outra não, porque estava ligado a AGB. A AGB é nossa entidade, então se criar tem que ser dentro da AGB e ficou essa discussão durante um bom tempo e eles não conseguiram criar a ANPEGE [...]. (*Entrevista Ariovaldo Umbe-lino de Oliveira, 2015*).

Essa ressalva sobre a criação da ANPEGE, também esteve presente na fala de Andrade, já em 2002 (p. 18), ao se afirmar que o “pessoal que tinha feito a revolução na AGB se opôs terminantemente à ANPEGE. Diziam que era voltar à oligarquia.”

Em entrevista, Maria Geralda de Almeida²⁴, sobre a criação da ANPEGE e a vinculação a desarticulação que se deu na AGB em 1978, a pesquisadora avalia que não, “pois a ruptura da AGB foi ideológica, do entendimento de fazer uma geografia mais crítica e atuante. Não foi esta a motivação da ANPEGE [...] que pensa a formação no fazer a Geografia pela Pós-Graduação”.

Claudio Antonio Golçalves Egler (em entrevista)²⁵ também entende que a criação da ANPEGE não se deu pela pretensa desarticulação e posteriores mudanças pelas quais passava a AGB.

No entanto, Lúcia Helena de Oliveira Gerardi²⁶ (em entrevista) destaca que essa relação “é bem provável. A AGB havia perdido a força representativa de antanho e a Geografia precisava de um ente com voz e voto nas instâncias de regulação e fomento da pós-graduação e pesquisa brasileiras”.

²³ Como nos relatou (em entrevista) Ariovaldo U. Oliveira “[...] Também a Geografia Física fez uma cisão e criou um evento próprio desvinculado da AGB, que é o Encontro Nacional de Geografia Física, depois também a Geomorfologia fez a mesma coisa e a Climatologia fez a mesma coisa... mas não tiveram coragem de criar entidades, então só os eventos. Mas nós vimos, na realidade, que isso já era um pleito dentro da Geografia e dentro da AGB, em seguida os colegas de Urbana criaram o SIM-PURB – Simpósio de Geografia Urbana e mais tarde nós também criamos o SINGA, - Simpósio Internacional de Geografia Agrária”. Segundo Monteiro (2010, p. 8), “desde a assembleia de 1978, passou [AGB] a colocar como temário cada vez mais o “humano” e cada vez menos o “físico”, fato que promoveu a mobilização para a criação dos seminários de Geografia Física Aplicada; Climatologia; etc.

²⁴ Informações cedidas, em entrevista, por Maria Geralda de Almeida. Entrevista realizada (via e-mail) no dia 04 de Janeiro de 2016.

²⁵ Informações cedidas, em entrevista por Claudio Antonio Gonçalves Egler. Entrevista realizada em Copacabana-RJ, no dia 15 de Janeiro de 2016, na empresa de consultoria Geoeconomia. A entrevista foi conduzida pelo docente Pierre A. Costa, adjunto na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e no Programa de Pós-Graduação em Geografia, mediante pedido da discente Vanessa Teixeira.

²⁶ Informações cedidas, em entrevista, por Lúcia Helena de Oliveira Gerardi. Entrevista realizada (via e-mail) no dia 12 de Novembro de 2015.

Já José Borzacchiello da Silva (2009, p. 215) afirma que:

[...] ficava cada vez mais difícil garantir a presença da pós-graduação em geografia no interior da entidade [AGB]. A AGB já não comportava uma gama de discussões. A ANPEGE surge, então, como um corte de dissidência e de hierarquia por parte de alguns críticos que diziam que a AGB era da estudentada e que pesquisadores estavam sem espaço na AGB, e então tinha que ter um fórum. E quando o professor Milton se elege para a presidência da ANPEGE, do alto de sua representatividade política e científica, dá um caráter de legitimidade e não de dissidência. Este foi o grande salto político da ANPEGE.

As tentativas conduzidas por alguns pesquisadores em favor da criação da ANPEGE do período, estão presentes nas atas das edições do *Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia no Brasil* – ENPGPG, realizados periodicamente para discussões sobre a pós-graduação em Geografia no Brasil desde 1984.

Desta forma, ao *I Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia no Brasil*²⁷, em 1984, na cidade de São Paulo-SP, as discussões estavam voltadas a necessidade de: i) caracterizar a situação da pós-graduação em Geografia, uma vez que existiam programas em São Paulo, Rio Claro, Recife, Aracaju e Rio de Janeiro; ii) identificar e discutir problemáticas comuns entre os programas; iii) elaborar propostas de melhorias e encaminhar aos órgãos competentes (ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1984).

Apresentou-se, naquela ocasião, um documento que menciona a importância da criação da Associação de pós-graduação e pesquisa em Geografia, pautada no desempenho de ação semelhante ao que já se desenvolvia em outras associações do mesmo gênero e com as mesmas finalidades, no campo da Economia – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) e Sociologia - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), ainda criadas em 1973 e 1977.

O documento estabelecia que a comunidade de pesquisadores que estava presente prestigiasse a Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia como órgão de coordenação e de intercâmbio entre os centros de produção de Geografia (GERARDI, 2003). Além disso, priorizou-se o papel da pós-graduação e seus produtos (mestrado e doutorado); o modo que está ocorrendo a produção científica e sua importância na sociedade; uma centralização administrativa; intercâmbio; a padronização: ao número de créditos, critérios de ingresso, distribuição de recursos e financiamento; Avaliação; infraestruturas e; outros (ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1984).

²⁷ A ideia do evento surgiu durante os debates do IV Congresso Brasileiro de Geógrafos. A primeira edição foi realizada pelo departamento de Geografia (DG) da Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia (IGEOG) da mesma instituição e a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

Em meio aos objetivos desse encontro, verifica-se a necessidade e a preocupação em dar voz as reivindicações dos programas de pós-graduação em Geografia recentemente instituídos (SILVA; OLIVEIRA, 2009), com propostas de mesas redondas centradas sobre “A pós-graduação no Brasil”; “A discussão da pós-graduação em Geografia junto ao MEC-SESU”; “O ensino do 3º grau e os cursos de especialização em geografia em nível de pós-graduação”. Nas sessões de debate estavam presentes discussões sobre questão das bolsas; diagnóstico dos núcleos de programas de pós-graduação existentes (ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1984) e outros.

Durante a assembleia de encerramento do encontro, nove propostas foram aprovadas, as quais visavam, por exemplo, estimular a implantação de novos cursos de mestrado e doutorado em Geografia nas universidades que tivessem experiência no ensino de Geografia em pós-graduação e docentes habilitados; ampliação no número de bolsa e no valor para a dedicação integral de alunos e pesquisadores; apoio às pesquisas científicas de professores e alunos de nível de pós-graduação; estímulo a formulação e atualização da biblioteca, bem como verbas na aquisição de livros.

Cabe ainda, destacar, que as questões envolvendo a criação da Associação ou mesmo uma secretaria de pós-graduação em qualquer entidade, foram indicadas para que fossem encaminhadas até o II encontro Nacional de Pós-graduação de Geografia pela AGB e demais entidades ligadas a Geografia, devido aos problemas envolvendo a criação na mesma; e outros.

Sob esse ponto, a proposta de criação de uma Associação de pós-graduação foi indicada para discussão para o encontro subsequente em função de problemas de diferentes ordens (ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1984).

Em 1986, na realização do *II Encontro Nacional de pós-graduação em Geografia no Brasil*, na Universidade de Federal do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, a proposta de discutir a fundação de uma Associação, aprovada no primeiro encontro, não é indicada como pauta do evento e tão pouco no tema do mesmo ou sob qualquer referência via organização (GERARDI, 2003). Nesse evento, os objetivos voltaram-se ao currículo escolar; a questão pedagógica e institucional, com apresentação de mesas-redondas e “painéis de pessoas ligadas às coordenações das pós-graduações em Geografia do Brasil na época que explicaram sobre os cursos, critérios de seleção e outros temas” (MACHADO, 2011, p. 5).

Em 1987 é organizada a terceira edição do *Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia no Brasil*, em Rio Claro/SP, pelo programa de pós-graduação da UNESP, mas nenhuma menção foi feita a uma possível criação da Associação de programas de pós-graduação em Geografia.

No mesmo ano, na organização do *I Encontro de Geógrafos da América Latina*, em Águas de São Pedro/SP, cuja pauta estava estabelecida com os temas: teoria e pesquisa em Geografia; ensino de graduação e pós-graduação em Geografia; atuação do geógrafo como profissional. Embora a discussão sobre a Associação não constasse na pauta oficial do evento, os coordenadores dos sete programas de pós-graduação e outras pessoas presentes reuniram-se com o professor José Alexandre Felizola Diniz (representante em Geografia da CAPES) e a ideia foi retomada, com a discussão da “fundação de uma sociedade que congregaria os programas” (GERARDI, 2003, p. 13).

No entanto, mesmo com essas reuniões entre grupos de pesquisadores e diante das dificuldades em garantir a gama de discussões da pós-graduação em Geografia no interior da AGB, mais uma vez, a criação da Associação não se concretizou.

Os referidos “problemas” mencionados nas Atas, que envolviam a criação da ANPEGE não foram encontrados em nenhum outro documento pesquisado. Mas, segundo entrevista com Claudio Antonio Gonçalves Egler, a ideia de se criar uma nova entidade ficou atrelada, de certa maneira, a questões que envolviam a ideia de que, ao criar a ANPEGE, a AGB se esvaziaria. Assim, a criação da ANPEGE envolveu uma batalha muito grande entre pesquisadores para mostrar que esta visão era descabida porque eram entidades complementares, e a criação da ANPEGE não afetaria os princípios da AGB.

Segundo Claudio Antonio Gonçalves Egler (em entrevista):

[...] na época a gente discutia muito, e a gente tentou mostrar que as outras áreas também tinham suas entidades da pós-graduação e não era porque a AGB pretendia ser tudo que se fechava a possibilidade de ter uma Associação de pós-graduação... Acabava prejudicando a Geografia. (*Entrevista Claudio Antonio Gonçalves Egler, 2016*)

Desta forma, são questões que se somam junto a dificuldade de sua criação, dado que sempre se “encontrava uma resistência do pessoal da AGB” (ENTREVISTA CLAUDIO ANTONIO GONÇALVES EGLER, 2016).

Em 1993, em um cenário das “bases da pós-graduação brasileira já estavam postas e consolidadas e o atual sistema de avaliação delineado” (SILVA; OLIVEIRA, 2009, p. 84), na realização do *IV Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia no Brasil*, na Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Neste Encontro houve efetivamente a criação²⁸ da Associação – ANPEGE²⁹, situação que estava sendo carregada durante longos dez anos por inúmeras impossibilidades para sua institucionalização.

²⁸ A constituição da ANPEGE, fundamentalmente, “garantiu a afirmação da pós-graduação em Geografia no Brasil, até então muito dispersa como campo político e área de interesses específicos” (SILVA; OLIVEIRA, 2009, p. 85).

²⁹ O nome da Associação, “ANPEGE”, foi dado via eleição, com vinte e oito votos, conforme sugestões acolhidas pelo presidente da mesa (ATA DA PLENÁRIA FINAL DO IV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1993).

De fato, havia nas conjunturas que antecederam sua criação certo descontentamento envolvendo membros da AGB e embate de interesses nas articulações de grupos de pesquisadores. Dois elementos embasam esses apontamentos: primeiro, a longa articulação que se deu desde 1984 durante a realização das edições do ENPGPG para construção “de uma Associação que congregasse os programas de pós-graduação” (GERARDI, 2003, p.186), visto que, na Ata da assembleia final do IV ENPGPG, foi lembrado que a ideia de criar uma Associação já havia sido levantada pelo professor José Alexandre Felizola Diniz e outros pesquisadores.

No mesmo documento, verifica-se essa resistência a criação da Associação, quando do questionamento de uma mestrandia do programa de pós-graduação da USP do *porque da AGB não ser capaz de participar e executar as tarefas que a Associação (ANPEGE) está se propondo, dado que há alguns objetivos semelhantes ao Estatuto da AGB*. A explicação dada ao questionamento, incidiu que a criação da ANPEGE em nada fere os princípios da AGB e que desde o início da discussão o grupo assumia esse posicionamento (ATA DA PLENÁRIA FINAL DO IV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1993).

O segundo fator é resultante das informações dispostas ao longo das entrevistas com os ex-presidentes da ANPEGE, bem como aos demais materiais encontrados sobre os encontros (Atas, artigos etc.). No diálogo (em entrevista) com Lúcia Helena de Oliveira Gerardi, sobre os empecilhos políticos para a criação da Associação nessa assembleia³⁰, segundo ela, “não teve nenhuma. Tanto que foi unânime a votação por sua criação e por seu estatuto”. Maria Adélia (em entrevista) menciona que na implantação da ANPEGE não se apresentou nenhum empecilho, e explica que foi bastante trabalhoso abrir uma “Associação científica com dignidade, sem manipulações”.

Segundo Claudio Antônio Gonçalves Egler (em entrevista), as dificuldades foram sempre dentro da própria Geografia, algo interno, e quando se mostrou que não havia competição entre as duas associações, mas sim uma colaboração pela ANPEGE, ocorreu um andamento melhor.

Em entrevistas³¹, José Borzacchiello da Silva; Francisco de Assis Mendonça; Maria Geralda de Almeida e Lúcia Helena de Oliveira Gerardi indicam que entre os motivos que levaram à criação da Associação estava a necessidade de uma entidade representativa da

³⁰ A sugestão da pauta da assembleia, que foi aprovada pela mesma, compreendia: 1. Relatos dos GT's (1, 2, 3, 4); 2. Apresentação da proposta de criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia e discussão do Estatuto; 3. Eleição da Diretoria; 4. Outros assuntos.

³¹ Entrevistas realizadas em Presidente Prudente/SP nos dias 10, 11 e 12 de Outubro de 2015, durante o XI ENANPEGE.



pesquisa e da pós-graduação em Geografia junto à comunidade acadêmica e científica, bem como junto aos órgãos de avaliação e fomento. Assim, instituir um órgão de representação diante da demanda e de um número de programas de pós-graduação em ascensão demonstrava um sistema de pós-graduação em consolidação.

Além do mais, outras áreas de conhecimento já tinham seus programas de pós-graduação organizados em forma de Associação, então se colocava a necessidade de “copiar o modelo” destas áreas. Diante disso, a função da criação da ANPEGE, naquele primeiro momento, era de reconhecimento da pós-graduação em Geografia, dos programas que se empenhavam para se consolidar, da produção científica verticalizada, da negociação com órgãos públicos e órgãos de fomento etc.

De acordo com Maria Geralda de Almeida (em entrevista), as motivações estavam na “necessidade de ter uma Associação da Pós-Graduação que se iniciava no Brasil. Foi uma iniciativa da USP e o primeiro presidente foi o prof. Milton Santos. Aliás, a USP e a UNESP/Rio Claro lideraram a criação da ANPEGE”.

Ainda em relação a esta questão, foi durante a assembleia³² de encerramento do IV ENPGPG que ocorreu a eleição da primeira diretoria da entidade, constituída pelo Prof. Dr. Milton de Almeida Santos – USP (Presidente); Profa. Dra. Maria Adélia Aparecida de Souza – USP (Secretária) e Profa. Dra. Amalia Inés Geraiges de Lemos – USP (Tesoureira). A legitimidade da diretoria se deu pela sua composição com pesquisadores de renome nos estudos geográficos.

Conforme disposto na Ata da plenária final daquele encontro, Milton Santos, ao agradecer em seu nome e da professora Maria Adélia quando da formação da diretoria, menciona que:

[...] várias vezes pensou que a idéia não era boa mas, o tempo e as várias atividades e responsabilidades dos geógrafos deveriam se unir em torno da Associação que pretende elevar o patamar da Geografia e também dos debates e divergências que sempre existirão; o projeto da Geografia brasileira deve prosseguir (ATA DA PLENÁRIA FINAL IV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1993).

Segundo Maria Adélia Aparecida de Souza (em entrevista), durante essa primeira gestão, jamais houve nada (conflito) entre a AGB e a ANPEGE, o que nos faz refletir que a composição da primeira diretoria se deu pelo oportunismo das circunstâncias daquele momento, pois ambos (Milton Santos e Maria Adélia) eram personagens importantes da

³² O professor Claudio A. G. Egler reforçou na plenária final a necessidade de se criar a ANPEGE que seria mais um interlocutor junto às instâncias educacionais do país (ATA DA PLENÁRIA FINAL IV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1993).

Geografia brasileira e apresentavam condições de aguentar os efeitos da ação da AGB caso decidissem debater. A fala de José Borzacchiello da Silva (2009), exposta anteriormente, também da margem a essa reflexão.

Sobre a criação da ANPEGE e uma possível relação com as dinâmicas de poder envolvendo pesquisadores que seguiam correntes teóricas³³ diferentes no campo da Geografia brasileira naquele momento, Maria Geralda de Almeida (em entrevista) discorda da forma que a pergunta está formulada, uma vez que, encontra-se:

[...] mais propensa a acreditar que esta disputa não era forte e nem acirrada porque a maioria dos programas, nas diversas instituições, era de professores formados nas duas instituições (USP e Unesp-RC). (*Entrevista Maria Geralda de Almeida, 2016*).

Lúcia Helena de Oliveira Gerardi (em entrevista) deixa claro que não pensa que as disputas:

[...] tenham sido responsáveis pela criação da ANPEGE. Ao contrário, a união das várias correntes é que permitiu sua efetivação. Discussões já vinham sendo feitas a respeito e, naquele momento, uma proposta de Alexandre Diniz foi acatada pela comunidade presente em Florianópolis e Milton Santos foi eleito por aclamação o primeiro presidente como uma homenagem ao seu papel na Geografia brasileira e como âncora política para reconhecimento da ANPEGE, como representante da pós-graduação e pesquisa em Geografia, representação que a AGB estava perdendo, pois havia sido extremamente desgastada (*Entrevista Lúcia Helena de Oliveira Gerardi, 2015*).

Maria Adélia Aparecida de Souza (em entrevista), para esse mesmo questionamento considera que não foi por “divergências no campo da Geografia Brasileira, mas de posições políticas e aparelhamento da AGB por colegas de partidos políticos”.

Claudio Antônio Gonçalves Egler (em entrevista) compreende que “sempre houve, mas agora um pouco menos (período atual). Na época, anos 1990, havia uma relação amigável, mas ao mesmo tempo difícil entre os colegas dos programas de pós-graduação em Geografia de São Paulo e do Rio de Janeiro”. Assim, existia uma “competição”.

De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (em entrevista), a constituição da ANPEGE foi resultado de uma “disputa política, não tem como qualificar diferente”. As disputas se travavam da dissidência daqueles que apoiavam a articulação de uma nova entidade [ANPEGE] com a AGB e os que não se posicionavam a favor de tal medida (ENTREVISTA ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA, 2015).

³³ Segundo Maria Adélia (em entrevista) “jamais fizemos no Brasil um debate sobre correntes teóricas no campo da Geografia Brasileira. Fato, aliás, que penso até hoje implicar na sua perda de espaço científico e político no cenário das ciências brasileiras”.

As evidências que reforçam esses argumentos são encontradas em sua fala quando afirma que:

[...] até que esse grupo [José Alexandre Filizola Diniz; Lucia Helena Gerardi; Maria do Carmo Galvão] enredou o professor Milton Santos e, nesse processo, foi criada a ANPEGE, e a partir daí, numa articulação, vamos dizer... integrada, a AGB dependendo de quem era presidente [...] se o membro não tinha uma integração com a AGB, voltava-se uma situação de certa tensão entre a AGB [...]. Então, com a eleição do professor Milton, o primeiro presidente, essa questão foi aplainada politicamente, mas a tensão não desapareceu, então depende de quem assume a direção volta essa tensão. [...] uma certa disputa para não permitir que a entidade ficasse sobre controle do outro grupo, mas isso era impossível de acontecer [...] como já tinha várias diretorias e quem ousasse separar de vez ia sofrer uma crítica, então nunca se fez isso. [...] A ANPEGE continuou, e articulada a AGB, e essa tensão em criar uma entidade foi resolvida fazendo com que a ANPEGE não fosse uma entidade de sócio, fosse uma entidade de programas. Então sócios são os programas de pós-graduação e não os pesquisadores, mas isso foi uma briga feia para definir no estatuto, mas valeu a presença do professor Milton que seguiu esse rojão e prevaleceu essa visão (Entrevista *Ariovaldo Umbelino de Oliveira*, 2015).³⁴

Diante dessas considerações, cabe reforçar, pelas colocações de Maria Adélia Aparecida de Souza (em entrevista) que, mesmo acompanhando de longe esse movimento (à época estava na diretoria da ANPUR) ouviu “sobre o descontentamento de alguns colegas com o que vinha acontecendo na AGB, com seu excessivo processo militante, sobretudo realizado pelos colegas do Partido dos Trabalhadores [PT], que de fato aparelharam a AGB durante anos”.

Observa-se, pelas informações das entrevistas, alguns elementos vinculados a disputas e contradições entre grupos, com articulações, alianças e conflitos indiretos na representação dos diversos interesses da entidade, bem como a tensão para a criação da mesma.

No entanto, estes elementos devem ser analisados e relacionados com prudência, já que os discursos são envoltos de ideologias, não sendo, portanto, neutros e apolíticos. Neste sentido, os interesses presentes entre e pelos grupos/indivíduos da ANPEGE remetem-se ao círculo de afinidades enredadas por relações e práticas sociais presentes nas demandas do poder.

³⁴ De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (em entrevista) “[...] a ANPEGE seguiu esse caminho, e com isso, o espaço de ação intelectual desses que incidiram com a AGB, representados pelos sócios titulares e por essas correntes novas que começava aparecer na Geografia, sobretudo empirismo lógico, também chamada de Geografia quantitativa naquele tempo que tinha no IBGE, na UFRJ, e no Rio Claro [...] tinha suas bases de sustentação teórica e de orientação [...] Em função disso, a ANPEGE ficou essa instituição que tem cara plural, então você vai em estudo de grupos e você vê uma coisa, vai em outro vê outra, se você entra na programação, tem um grupo específico da agricultura familiar, aí tem um grupo específico do campesinato da reforma agrária e dos movimentos sociais, então tem essas matizes diferenciadas e, com isso, conseguiu aplainar um pouco a questão de criar uma outra entidade ou que a entidade não pode ter nada a ver com a AGB, que não pode ter nada a ver com a representação efetiva dos geógrafos [...]” (Entrevista *Ariovaldo Umbelino de Oliveira*, 2015).

Também em entrevista, Márcio Piñon de Oliveira³⁵ afirmou que a ANPEGE passou por momentos difíceis na consolidação e, posteriormente, com uma discussão política para o fortalecimento de seu papel na década de 2000. Naquele momento ainda era uma entidade pequena quando comparada à AGB, que se constituía a grande instituição representante da Geografia brasileira e que organizava grandes eventos (ainda os organiza, mas deixou de ser o único de cunho geral, em razão do ENANPEGE).

O fragmento da entrevista de Maria Adélia Aparecida de Souza, na sequência, reforça as palavras de Oliveira:

[...] ANPEGE era pequenina, ainda olhada de lado pela imensidão de geógrafos encantados que andavam com as marchas da AGB, fazendo a “revolução”, processo que, aliás, ao que tenho notícias continua até hoje [...] (*Entrevista Maria Adélia Aparecida de Souza, 2015*).

Ainda que a ANPEGE e a AGB, atualmente, sejam entidades com relações respeitadas e de cooperação e ambas, cada uma com suas respectivas especificidades e objetivos, foram e são primordiais à representação, à sistematização da produção acadêmica, ao papel político-ideológico, às reflexões sobre o objeto e as demandas recorrentes da Geografia brasileira, parece-nos que ainda existe um distanciamento³⁶. Como justificar esta afirmação? As leituras das Atas da reunião dos coordenadores de programas de pós-Graduação e do fórum de pesquisadores em Geografia, realizadas em Aracaju/SE, no ano de 2010, pode ser importante. Assim, o próprio fato de ter apontamentos “AGB (*Relação com a ANPEGE*)” realizados naquela reunião para uma maior aproximação e ações conjuntas, já levanta dúvidas na relação entre as duas associações.

DIRETORIAS DA ANPEGE (1993 - 2016): EXPERIÊNCIAS E OBJETIVOS POLÍTICOS E CIENTÍFICOS

A ANPEGE, desde sua criação oficial até o ano de 2016, apresenta 12 diretorias. Neste sentido, a associação vem tentando atender as novas necessidades da estrutura de pesquisa e, ao mesmo tempo em que as suas “conquistas” foram sendo consolidadas, seu modelo organizacional e estrutural permaneceu quase o mesmo (década de 1990) diante dessas novas demandas e modelos, como fica evidente nos trechos das entrevistas³⁷ com os ex-presidentes da ANPEGE onde as preocupações advêm de questões organizativas e administrativas da Associação, do papel político e científico da entidade atualmente com as pesquisas e em sua estrutura, as divergências e disputas entre grupos, os revezamentos e permanências dos grupos junto aos órgãos de fomento e o pouco diálogo com as outras associações.

³⁵ Informações cedidas, em entrevista, por Márcio Piñon de Oliveira, em Presidente Prudente/SP, no dia 12 de Outubro de 2015, durante o XI ENANPEGE, às 21 h, na FCT/UNESP.

³⁶ Entende que não existe atualmente um conflito, mas uma certa distância entre essas entidades.

³⁷ Consultar: TEIXEIRA, V. A geografia política brasileira a partir dos anais do ENANPEGE: interesses e abordagens. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2016.

O quadro 1 apresenta as 12 diretorias da ANPEGE, incluindo período de mandato e os representantes dos cargos exercidos de Presidente, Secretário-Geral e Tesoureiro.

Quadro 1: ANPEGE: Composição das Diretorias (1993 a 2017).

Biênio	Diretoria da ANPEGE
2016/2017	Presidente: Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS) Secretária: Cláudia Luísa Zeferino Pires (UFRGS) Tesoureiro: Charlei Aparecido da Silva (UFGD)
2014/2015	Presidente: Eliseu Savério Sposito - Unesp/PP Secretário: João Lima Sant'Anna Neto – Unesp/PP Tesoureiro: Charlei Aparecido da Silva – UFGD
2012/2013	Presidente: Maria Tereza Duarte Paes – UNICAMP Secretário: Lindon Fonseca Matias – UNICAMP Tesoureiro: Charlei Aparecido da Silva – UFGD
2010/2011	Presidente: Maria Geralda de Almeida- UFG Secretário: Marcelo Rodrigues Mendonça - UFG/Catalão Tesoureiro: Edvaldo Cesar Moretti - UFGD
2008/2009	Presidente: Francisco de Assis Mendonça - UFPR Secretária: Cícilian Luiza Lâwen Sahr - UEPG Tesoureira: Márcia da Silva - UEPG/UEM
2006/2007	Presidente: Márcio Piñon de Oliveira - UFF Secretária: Maria Célia Nunes Coelho – UFRJ Tesoureira: Áureanice de Mello Corrêa - UERJ
2004/2005	Presidente: José Borzacchiello da Silva – UFC Secretária: Rita de Cássia Conceição Gomes – UFRN Tesoureiro: Luiz Cruz Lima – UECE
2002/2003 ³⁸	Presidente: Gerusa Maria Duarte – UFSC Secretário: Francisco de Assis Mendonça – UFPR Tesoureira: Marlene de Munro Colesanti – UFU
2000/2001	Presidente: Arioaldo Umbelino de Oliveira – USP–GH Secretário: Eliseu Savério Sposito – UNESP/PP Tesoureira: Lylian Coltrinari – USP–GF
1998/1999	Presidente: Lúcia Helena de Oliveira Gerardi – Unesp/R. C Secretária: Landara Alves Mendes* - Unesp/R. C Tesoureiro: Odeibler Santo Guidugli – Unesp/R. C
1996/1997	Presidente: Berta Koiffmann Becker - UFRJ Secretário: Jorge Xavier da Silva – UFRJ Tesoureiro: Cláudio Antônio Gonçalves Egler - UFRJ
1993/1995**	Presidente: Milton de Almeida Santos - USP Secretária: Maria Adélia Aparecida de Souza – USP Tesoureira: Amalia Inês Geraiges de Lemos - USP

Org.: TEIXEIRA, V. (2015).

Fonte: ANPEGE 2015. Disponível e < <http://www.anpege.org.br/?op=1> >

* Suprindo o professor Sylvio Carlos Bandeira de Melo e Silva do programa da UNESP/RC.

**De acordo com o fórum legal da Associação em 1993, naquele momento foi decidido que para as diretorias eleitas, a sua sede será rotativa correspondendo ao local de funcionamento do associado ao qual pertence a Diretoria eleita.

³⁸ De acordo com Mendonça (em entrevista), a diretoria não completou dois anos por questões de calendário.

A diretoria de 1993/1995 da ANPEGE era constituída pelos professores Milton de Almeida Santos (Presidente), Maria Adélia Aparecida de Souza (Secretária)³⁹ e Amalia Inés Geraiges de Lemos (Tesoureiro). Sobre a formação e candidatura dessa diretoria, Maria Adélia (em entrevista) comenta:

Eu não participei da reunião onde foi aprovada e criada a ANPEGE, nem participei das discussões para a escolha da Diretoria, pois estava no exterior dando curso [...]. Pessoalmente não fui candidata a nada, fui surpreendida com a minha escolha dos meus colegas para essa trabalhosa tarefa. Provavelmente, Milton Santos, diante de nossa amizade e companheirismo, tenha feito esta sugestão [...] (*Entrevista Maria Adélia Aparecida de Souza, 2015*).

De acordo com Maria Adélia Aparecida de Souza (em entrevista), essa primeira diretoria a qual fez parte, foi uma gestão com alta “qualidade científica que é o que uma representação científica precisa ter”. Afirma que “não se tratava de um partido político nem de um movimento social, mas uma Associação que precisava revelar a alta qualidade da ciência geográfica brasileira”. Desta forma, a pesquisadora lembra que:

[...] a produção do conhecimento é um atributo individual e depende sempre do talento de alguém, ainda que constituindo “GRUPOS DE PESQUISA”. O mecanismo da participação e da democracia não se revela pelas reuniões que contem grande número de pessoas, mas pela postura política de cada pesquisador diante do sentido do conhecimento que produz. Essa era a visão do presidente e da secretaria executiva, ao menos. O poder havia sido delegado a essa diretoria e ela tinha o dever de motivar, propor ou exibir, caso existisse, um conhecimento geográfico de qualidade. Fazer-se representar na comunidade científica e propor questões de interesse das ciências humanas, em geral nas possibilidades de discussão de política científica para as quais fosse convidada a participar. E isso foi permanentemente feito com competência e autoridade acadêmica e científica dos membros da diretoria, quando foram solicitados a se manifestar. Não houve nem demagogia, nem falso democratismo ou participação naquela primeira diretoria. Nem o presidente nem a secretaria executiva pertenciam a partidos políticos ou grupos políticos que existem, lamentavelmente, na Geografia brasileira e que se apoderam do pequeno poder que as sociedades científicas lhes outorgam. O verdadeiro poder do cientista não é esse, mas o conhecimento que detém e que ensina e cria com seu trabalho (*Entrevista Maria Adélia Aparecida de Souza, 2015*).

Pelo exposto acima, percebe-se a importância da postura política da diretoria no sentido do conhecimento produzido pela Geografia brasileira, representando o que é de interesse das ciências humanas, resgatando a função do pesquisador na sua representatividade científica. Nesse sentido, Maria Adélia alerta sobre um componente que prejudica a Geografia que é o envolvimento de pesquisadores com partidos políticos e grupos políticos, no uso do poder a eles atribuídos, junto a lideranças da sociedade científica.

³⁹ Secretária Executiva, mas exerceu de fato a Presidência, em função de viagem de estudos do Presidente, durante mais de um ano (*Entrevista Maria Adélia Aparecida de Souza, 2015*).

A respeito das propostas articuladas pela diretoria naquele momento, Maria Adélia Aparecida de Souza (em entrevista) explica que:

[...] era manter a mesma programação [acabavam de entregar a Diretoria da ANPUR] de realizar eventos que pudessem dar visibilidade as pesquisas na área de Geografia e promover o debate científico, além, claro, de representar a comunidade da pós-graduação em Geografia diante de toda comunidade científica. Em dois anos de mandato, além da trabalhadeira de instituição da Associação diante das exigências da legislação brasileira, realizados dois eventos: o I Encontro Internacional da ANPEGE, em São Paulo sobre o tema LUGAR, FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL MUNDO, em 1994 e em 1995 o I ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, em Aracaju para discutirmos o tema TERRITÓRIO BRASILEIRO E GLOBALIZAÇÃO, onde foi eleita a segunda diretoria (*Entrevista Maria Adélia Aparecida de Souza, 2015*).

Contudo, ao que se refere as dificuldades da diretoria naquele período, Maria Adélia Aparecida de Souza (em entrevista) retoma que foi uma gestão muito trabalhosa, era necessário:

[...] institucionalizar a Associação, feita pela secretaria executiva, buscar a ata feita pelo colega Neio da UNB, registrá-la em cartório, fazer um logo – o “a” minúsculo que eu mesma desenhei para significar a juventude da Associação, vejo que tristemente permanece até hoje, certamente revelando que a ANPEGE do ponto de vista da sua “marca”, do seu “símbolo” não foi nem notada...! Está ainda nos seus primórdios, como diria certamente um bom semiótico! Muito trabalho foi realizado para a adesão dos programas que no Brasil não eram tantos (23 participaram do I ENANPEGE) quanto hoje, mas foi uma atividade insistentemente feita por mim. Outro foi a busca de recursos para viabilizar o Encontro Nacional da ANPEGE realizado em Aracaju, como apoio inestimável dos colegas de Sergipe, liderados pelo Professor Alexandre. Nesse encontro entregamos a ANPEGE, contabilidade, registro, perfeitamente institucionalizada a Professora Bertha Becker, da UFRJ, segunda presidente da ANPEGE, constituindo com os professores Jorge Xavier e Claudio Egler a sua diretoria, por um mandato de 2 anos, como rezavam os estatutos da Associação. (*Entrevista Maria Adélia Aparecida de Souza, 2015 - grifos nossos*).

Diante dessas colocações, pode-se perceber alguns aspectos fundamentais, como, primeiro: as questões técnicas - organizacional, dentre elas o “logotipo” que constitui a Associação, que transmite a identificação da ANPEGE na sua representação. No entanto, ao contrário do que ocorreu com outras associações⁴⁰, o seu “logotipo” nunca sofreu modificações, permanecendo a mesma imagem de identificação desde a sua criação.

O segundo aspecto está na ausência de recursos financeiros, mas que não impediu a organização enquanto entidade e na realização dos eventos ENANPEGE, nem mesmo o primeiro deles. Na ata da assembleia final do I ENANPEGE, Milton Santos, ao esclarecer algumas deliberações, reforçou essa questão ao parabenizar o significativo trabalho da equipe que conseguiu desempenhar sua tarefa, mesmo com a escassez de recursos financeiros de que dispunha a Associação (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ANPEGE, 1995).

⁴⁰ Para citar um exemplo, temos a AGB que foi composta ao longo da sua trajetória por três logotipos procurando sempre expressão a ruptura com os elaborados anteriormente e representando algo novo/transformação da Geografia (ANTUNES, 2008).

Na diretoria de 1996/1997 da ANPEGE, estava a frente Berta Koiffmann Becker (Presidente), Jorge Xavier da Silva (Secretário) e Claudio Antônio Gonçalves Egler (Tesorero).

Cláudio Antônio Gonçalves Egler (em entrevista), ao resgatar um pouco a história como membro da diretoria da ANPEGE, esclarece que a “diretoria não funcionava muito. Era Berta Becker que estava na orientação geral, Jorge Xavier na secretaria. A tesouraria, que estava ainda no começo, tinha o apoio da Leticia Jabois, jornalista que trabalhava num projeto junto ao laboratório LAGET, mas que também auxiliou na gestão do ANPEGE e, principalmente, na execução do ENANPEGE”.

Ainda de acordo com Claudio Antônio Gonçalves Egler (em entrevista), na segunda diretoria buscava-se consolidar a entidade, a organização, formalização e resolver uma série de problemas. Para o professor Claudio Antônio Gonçalves Egler (em entrevista), existia uma disputa entre os programas de pós-graduação, dado que eram poucos no país, e a USP, a UFRJ e a Unesp do Rio Claro compreendiam aos três programas mais consolidados no país de “nível A”. Assim, era uma demanda das diretorias da Associação serem dos programas consolidados e que tinham melhor avaliação (*Entrevista Claudio Antônio Gonçalves Egler, 2016*).

Os principais pontos positivos da diretoria durante a gestão, segundo Claudio Antônio Gonçalves Egler (em entrevista), foi manter as questões da diretoria anterior e ampliar outras, bem como a discussão do comitê da Geografia física e da Geografia humana, que só vai se consolidar na gestão do Francisco de Assis Mendonça, em 2008/2209. Comenta que “naquele período essa relação Geografia física e Geografia humana estava muito presente” (*Entrevista Claudio Antônio Gonçalves Egler, 2016*).

Em relação aos pontos negativos, Claudio Antônio Gonçalves Egler (em entrevista) menciona que as:

[...] dificuldades eram muitas porque ainda se estava montando [a Associação], até receber o dinheiro da transferência de São Paulo para o Rio de Janeiro demorou uma eternidade. Depois muitos programas não pagavam. A gente fez um projeto para conseguir financiamento [...] quando se promoveu o encontro recebeu apoio para o encontro específico... ao longo da gestão não se tinha dinheiro.

A diretoria de 1998/1999 da ANPEGE era composta por Lúcia Helena de Oliveira Gerardi (Presidente), Landara Alves Mendes (Secretária) e Odeibler Santo Guidugli (Tesorero). Segundo Lúcia Helena de Oliveira Gerardi (em entrevista), em reunião no Rio de Janeiro (II ENANPEGE), ela representava o programa de pós-graduação de Rio Claro, onde foi indicada como candidata a presidente, já que havia composto as diretorias anteriores professores da USP e da UFRJ.

Segundo a ata da assembleia de eleição:

[...] Professor Claudio Egler encaminha a proposta que, devido à antigüidade e sua importância no panorama da Pós-Graduação brasileira, a Diretoria da ANPEGE deveria ser ocupada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro. A Professora Lúcia Gerardi pediu a palavra para esclarecer que os colegas da UNESP não haviam preparado uma proposta definitiva de chapa e que solicitava tempo para definir sua composição. O Professor Sylvio Bandeira de Mello defendeu a importância do trabalho do Programa da UNESP – Rio Claro para a consolidação da ANPEGE e dispôs-se a colaborar no que fosse possível para sua condução à nova Diretoria, inclusive aceitando compô-la temporariamente até a sua efetiva definição. Diante da insistência de diversos associados, a Professora Lúcia Gerardi aceitou a indicação. (ATA DA ASSEMBLEIA FINAL, 1997).

Os componentes da segunda diretoria foram eleitos por unanimidade. De acordo com Lúcia Helena de Oliveira Gerardi (em entrevista), as propostas da Diretoria, naquele momento, “foi formalizar a ANPEGE, com a transferência da sede jurídica do Rio de Janeiro para Rio Claro, conforme estatuto, e registro do estatuto e das de atas de eleição da diretoria” Também “reforçar a representatividade da ANPEGE junto aos órgãos de avaliação e fomento da pós-graduação e pesquisa”. Sobre os papéis político e científico articulados pela Diretoria:

[...] optou-se por tratar da institucionalização e reforma do estatuto para dar maior organicidade à entidade e inaugurar uma sistemática de participação dos representantes dos programas de pós-graduação nas decisões quanto à avaliação dos programas, já que a representante de área eleita junto à Capes era a presidente da ANPEGE e assumiu o compromisso de representar os programas junto à Capes e não a Capes junto aos programas (*Entrevista Lúcia Helena de Oliveira Gerardi, 2015*).

No entanto, como em outros mandatos, esta diretoria também passou por dificuldades em sua gestão que, segundo Lúcia Helena de Oliveira Gerardi (em entrevista):

[...] em princípio, enfrentar a burocracia de mudança da sede do Rio de Janeiro para Rio Claro, com a demora de transferência da documentação da diretoria anterior para a nova e a impossibilidade de acesso a conta bancária e recursos para movimentar a Associação, o que resultou na impossibilidade de realização do ENANPEGE, optando-se por uma reunião administrativa de reforma do estatuto na reitoria da UNESP, em São Paulo (*Entrevista Lúcia Helena de Oliveira Gerardi, 2015*).

Em análise ao papel político desempenhado pela ANPEGE no período em que estava à frente da diretoria, Lúcia Helena de Oliveira Gerardi (em entrevista) evidencia que a entidade:

[...] assume a representatividade que seus fundadores esperavam, tendo discutido e aprovado o documento 'Sugestões para Comissão de avaliação da Pós-Graduação em Geografia da CAPES', solicitado pela presidência a uma comissão composta pelos professores doutores Ana Fani A. Carlos, Selma S. Castro, Maria Encarnação B. Spósito, Odeibler Santo Guidugli e Edvard Elias de Souza. Além de indicar diretrizes emanadas dos programas de pós-graduação para a Comissão, deliberou sobre a formação da própria comissão, decisão inovadora e nunca antes adotada: 'Foi discutida a indicação do Comitê de Avaliação dos Programas de Geografia na CAPES, que ficou assim composto: membro: Maria Encarnação Spósito, suplente: Ana Fani A. Carlos; membro: Selma Simões Castro, suplente: Gerusa Maria Duarte; membro: Francisco de Assis Mendonça, suplente: Edvard Elias de Souza; membro: Pedro de Almeida Vasconcelos, suplente: Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva' (*Entrevista Lúcia Helena de Oliveira Gerardi, 2015*).

A diretoria de 2000/2001 da ANPEGE foi articulada pelos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira (Presidente), Eliseu Savério Sposito (Secretário) e Lylian Coltrinari (Tesoureiro). De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (em entrevista), os objetivos políticos e científicos naquele momento estavam amparados em:

[...] garantir que a ANPEGE continua-se tendo uma participação democrática, plural do ponto de vista teórico e do ponto de vista da escolha metódica. [...] teve um ponto diferente dos demais, a AGB tinha que ter uma participação na Capes separada das comissões porque na gestão da professora Lúcia [gestão anterior], ela era a representante da ANPEGE e representante na Geografia na Capes, então ficava uma coisa complicada. Então eu fui o primeiro presidente que tive assento lá na comissão, sem direito a votar, enfim, eu não era membro da comissão de avaliação, mas estava lá para garantir que os princípios gerais da pós-graduação brasileira fossem garantidos (*Entrevista Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2015*).

Gerusa Maria Duarte (Presidente) estava coordenando a diretoria 2002/2003 da ANPEGE, que teve, ainda, Francisco de Assis Mendonça (Secretário) e Marlene de Munno Colesanti (Tesoureira).

A diretoria de 2004/2005 da ANPEGE foi constituída pelos professores José Borzacchiello da Silva (Presidente), Rita de Cássia Conceição Gomes (Secretária), Luiz Cruz Lima (Tesoureiro). Conforme entrevista com Borzacchiello da Silva (2015), o professor Francisco de Assis Mendonça foi o grande mentor da indicação de seu nome à composição da chapa.

Entre as motivações que o fizeram assumir a direção da ANPEGE estava o fato de ser professor permanente do quadro do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, a qual buscou dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos na gestão anterior e avançar no sentido de colaborar com a comunidade geográfica.

Ao que compete os objetivos políticos de sua diretoria, segundo o próprio, era aprimorar a ANPEGE para que ela não se instituisse como uma entidade que organiza um grande evento, o ENANPEGE. Para essa articulação política procurou-se esclarecer os objetivos,

o porquê da existência de uma Associação que congrega programas de pós-graduação, o pagamento das anuidades, etc. De acordo com José Borzacchiello da Silva (em entrevista):

[...] o grande trabalho que eu tive na gestão foi resolver problemas no estatuto da entidade, o registro da entidade, eu tive muitos problemas na conta bancária para poder gerir o erário, que era quase nada que se tinha, mas nós tínhamos problemas de registro [...] conseguimos fazer o registro da entidade, trabalhar seu estatuto, intensificar seus contatos com a CAPES, intensificar seu contato com o Cnpq. Foi um momento em que o Cnpq estava dividindo a área, principalmente em Geografia Física. Então nós tivemos um trabalho de articulação nacional para salvaguardar os pressupostos a unidade da Geografia nos dois campos basilares, a Geografia Humana e a Geografia Física (*Entrevista José Borzacchiello da Silva, 2015*).

Alguns dos pontos positivos sinalizados por José Borzacchiello da Silva (em entrevista) estão na aproximação e diálogo entre os coordenadores dos programas de pós-graduação em Geografia, para encontrar, juntos, soluções aos problemas em comum. Era um momento de expansão da pós-graduação, que saía de um eixo mais consolidado, na região sudeste (SP e RJ), para as “margens” desse eixo, isto é, em unidades da federação com grupos jovens a frente de programas de pós-graduação (*Entrevista José Borzacchiello da Silva, 2015*).

José Borzacchiello da Silva (em entrevista) complementa que houve poucas dificuldades em sua diretoria, pois procurou-se fazer uma interlocução com todos os órgãos, uma interlocução com os representantes de áreas, tanto do Cnpq como da Capes, num período muito tranquilo e de muita ajuda e cooperação. A ressalva fica por conta das dificuldades em trabalhar com a página na internet com as informações da ANPEGE, pois esta ainda se encontrava dependente da UFSC, o que restringia o acesso e a manutenção com os materiais e demais elementos. De acordo com José Borzacchiello da Silva (em entrevista), era um momento em que a internet não estava intensificada e disseminada como atualmente.

A diretoria de 2006/2007 foi constituída pelos professores Márcio Pinõn de Oliveira (Presidente), Maria Célia Nunes Coelho (Secretária) e Áureanice de Mello Corrêa (Tesoureira). Em entrevista com Márcio Piñon de Oliveira, as propostas de sua gestão compreendiam o fortalecimento acadêmico da ANPEGE, como também a consolidação de sua parte administrativa e financeira. Ainda de acordo com o mesmo foi possível, naquele momento, manter uma secretária que pudesse cuidar do e-mail e de outras questões técnicas da Associação, sendo custeada pelos recursos das anuidades.

Uma medida significativa de sua gestão, lembradas pelo próprio ex-presidente, foi a campanha para que os programas ficassem adimplentes com suas anuidades. Outras medidas tomadas em sua gestão comportam a introdução de algumas mudanças no formato

do encontro do ENANPEGE, como a implantação dos Grupos de Trabalhos (GTs), sob a forma de simpósios temáticos, prosseguimento do processo de legalização da ANPEGE, com a adequação do Estatuto da Associação, estruturação de uma secretaria permanente, com atendimento aos programas em três dias da semana, em sala cedida na UERJ, atualização e manutenção do site da ANPEGE, participação em reuniões da CAPES e outros.

A diretoria de 2008/2009 da ANPEGE foi formada por Francisco de Assis Mendonça (Presidente), Cicilian Luiza Lâwen Sahr (Secretária) e Márcia da Silva (Tesoureira). Segundo Francisco de Assis Mendonça (em entrevista), em 2007 alguns colegas o procuraram para que viesse a se candidatar a presidência da ANPEGE, pois o mesmo já havia composto a experiência da diretoria na Gestão 2002 /2003 como secretário, bem como outras articulações em atividades ligadas a pesquisa e a pós-graduação no país. Assim, buscou indicar uma plataforma de candidatura de uma gestão colegiada entre os programas do Paraná.

Ainda segundo Francisco de Assis Mendonça (em entrevista), foi um trabalho (sua gestão) interessante, com a criação de algumas frentes, como a união da Geografia Física e da Geografia Humana no Cnpq, que estavam separadas, a criação dos fóruns regionais como forma de descentralizar o debate da Geografia brasileira, pois ainda havia uma forte centralidade na participação sobre as decisões e em debate da clássica Geografia daquele período no clamado eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Francisco de Assis Mendonça (em entrevista) afirma que havia uma demanda de novos cursos pelo país inteiro, e na última década, apesar do Nordeste, Centro-Oeste e Sul pulverizarem com novos cursos de pós-graduação em Geografia, havia ainda uma forte presença desses no eixo Rio Janeiro - São Paulo com deliberação de pautas, de agendas e de participações.

Francisco de Assis Mendonça (em entrevista) destaca que por ter conseguido colocar em prática a união de áreas da Geografia e a descentralização em valorização a Geografia e a pós-graduação fora do eixo clássico (Rio Janeiro - São Paulo), algumas dificuldades tiveram que ser enfrentadas durante o período de sua gestão, dado que alguns representantes não aceitaram essa postura e responderam com agressões escritas oficialmente, bem como com a desqualificação ao evento que foi organizado de forma colegiada com os cinco programas de Pós-graduação do Paraná.

A diretoria de 2010/2011 foi constituída pelos professores Maria Geralda de Almeida (presidente), Marcelo Rodrigues Mendonça (Secretário) e Edvaldo Cesar Moretti (Tesoureiro). Fato importante nessa candidatura a diretoria, segundo Maria Geralda de Almeida (em entrevista), foi que “houve um entendimento que no rodízio regional feito pela diretoria tocaria à Região Centro-Oeste assumir a diretoria naquele período”. Até aquele mo-

mento essa região ainda não havia assumido nenhuma gestão da Associação e o programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás - UFG era o mais antigo e consolidado para tal situação, que obteve apoio dos demais programas do país. Segundo a pesquisadora, a diretoria foi uma parceria entre o programa de pós-graduação em Geografia da UFG, do programa de pós-graduação em Geografia da UFG - Catalão (Secretaria), e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Grande Dourados-MS (Tesouraria).

Ao que compete as propostas da diretoria naquele momento, destaca-se a continuidade nas ações empreendidas pelas diretorias anteriores, o apoio as realizações das “Anpeginhas” (fórum regionais de pós-graduação), a realização do evento final (ENANPEGE), a consolidação da revista da ANPEGE e outros. Nos objetivos políticos e científicos articulados pela diretoria estava a interlocução frequente com a AGB e a Capes, a ampliação da relação da ANPEGE e da Geografia brasileira com a União Internacional de Geografia (UGI), incentivar a produção acadêmica e outros.

Maria Geralda de Almeida (em entrevista) pontua os aspectos positivos e negativos durante a sua diretoria, com destaque para a criação do Fórum dos Editores das Revistas vinculadas à pós-graduação, a implantação de reuniões de coordenadores independentes de outros eventos, o retorno da vinculação da ANPEGE com a UGI etc. Nas dificuldades a ex-presidente afirma que o tempo de diretoria que é acumulado com aquele de professor e de pesquisador, a obtenção de recursos, o diálogo com a AGB (pelo radicalismo da diretoria naquele momento).

A diretoria de 2012/2013 foi constituída pelos professores Maria Tereza Duarte Paes (Presidente), Lindon Fonseca (Secretário), Matias Charlei Aparecido da Silva (Tesoureiro).

Segundo Maria Tereza Duarte Paes (em entrevista), a sua candidatura à presidência na ANPEGE ocorreu através de uma consulta durante o IX ENANPEGE, quando a mesma coordenava um dos GTs. Nas condições que solicitou para assumir a mesma ressalta a implementação do Conselho Consultivo, com o propósito de orientar diretrizes políticas e acadêmicas da ANPEGE.

Ainda de acordo com Maria Tereza Duarte Paes (em entrevista), os objetivos políticos e científicos articulados pela diretoria naquele momento incluía a questão interna em dialogar e dar auxílio aos programas de pós-graduação em Geografia, estabelecer canais de interlocução mais estreitos com as agências de regulação e de fomento à pesquisa, com o intuito de ampliar os espaços de atuação e de intervenção sobre bolsas e produtividade, fortalecimento das reuniões regionais, com mecanismos de intercâmbios dos programas,

ampliação dos canais de comunicação com outras associações. No entanto, Maria Tereza Duarte Paes (em entrevista) lembra que mesmo respondendo politicamente, nem todas essas articulações foram solucionadas.

Entre as dificuldades sinalizadas durante a gestão destaca os problemas com a disponibilidade de recursos, a regulamentação do estatuto e entraves da página da revista que se encontrava em um sistema muito rígido, dificultando na liberdade em realizar mudanças ou atualizar informações. No entanto, uma questão excepcional e bem complicada, nas palavras de Maria Tereza Duarte Paes (em entrevista), foi o desgaste provocado, quando na assembleia final do ENANPEGE de 2013, em Campinas-SP, não houve chapa inscrita para concorrer a nova diretoria, permanecendo a mesma até fevereiro de 2014.

Esta declaração de Maria Tereza Duarte Paes se refere ao final de sua gestão, no X ENANPEGE, quando da inexistência de uma candidatura à diretoria da ANPEGE para o próximo biênio. Essa dificuldade também foi apontada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (em entrevista), que reforça que a falta de uma chapa para a candidatura daquela diretoria da Associação só acentua a desvalorização que é a participação em entidade (no currículo) e por grupos de pesquisas que querem estar no controle da Associação.

Essa situação, em acordo e disputas de grupos para o controle da Associação, também aparece em outras falas dos ex-presidentes da ANPEGE que foram entrevistados, referindo-se que “[...] não elegermos diretoria por falta de interesse ou penso eu mais de ACORDO entre os grupos donos das nossas associações e o pequeno grupo que levita em seu entorno! [...]” (*Entrevista Maria Adélia Aparecida de Souza, 2015*).

De acordo com a Ata da assembleia final do X ENANPEGE houve apenas uma chapa interessada (articulada por José Flavio Morais Castro – PUC-Minas Gerais), entretanto, havia membros dessa chapa que estavam com seus programas de pós-graduação inadimplentes com a anuidade da ANPEGE. José Flavio Morais Castro, mesmo ciente dessa conjuntura sobre a sua candidatura, menciona que sua proposição a candidatura se produzia por vontade em levar a ANPEGE para o estado de Minas Gerais, onde existem quatro programas com bons conceitos e de tradição na Geografia (ATA DA DÉCIMA ASSEMBLEIA DELIBERATIVA DA ANPEGE, 2013).

Diante disso, uma série de discussões advém naquela assembleia final, como sugestões para que a candidatura da chapa não aceita fosse reavaliada, dando um voto de confiança aos programas de pós-graduação de Minas Gerais, com abertura de exceção para esse caso, uma vez que a dificuldade de pagamento era de ordem estrutural e não de responsabilidade dos programas. Charlei A. da Silva (tesoureiro) acrescenta que a chapa, caso inscrita,

não seria homologada pela comissão eleitoral, mas que a assembleia seria soberana para decidir o caso (ATA DA DÉCIMA ASSEMBLEIA DELIBERATIVA DA ANPEGE, 2013).

Dentro dessa colocação, Maria Encarnação B. Sposito (Unesp - PP) propõe uma reflexão sobre a condição da condução da eleição da nova diretoria, e salienta que a assembleia poderia deliberar sobre um novo período para a realização da eleição. Naquele momento, Maria Tereza Duarte Paes (presidente) reforça que não havia interesse por parte da sua diretoria na recondução por dois anos, e diante da existência de uma chapa (mesmo não homologada) interessada em se candidatar, propõe um adiamento da discussão e que os programas inadimplentes se regularizassem junto a tesouraria (num curto período de tempo) (ATA DA DÉCIMA ASSEMBLEIA DELIBERATIVA DA ANPEGE, 2013).

Novamente, um dos membros da diretoria indica a necessidade de uma reflexão antes de qualquer tomada de decisão que possa ferir o estatuto da ANPEGE, propondo inclusive, a recondução da diretoria daquele momento até a eleição de uma nova ou a criação de uma gestão provisória por um período necessário até as novas inscrições de chapa. Diante disso, outras intervenções por parte dos membros da assembleia são expostas, como “a ANPEGE não deve entrar em estado de vacância e que a entidade não estava sendo leiloada” (ATA DA DÉCIMA ASSEMBLEIA DELIBERATIVA DA ANPEGE, 2013). Em meio a essa tumultuada discussão, por unanimidade a decisão foi de uma pausa “para que os presentes pudessem conversar reservadamente sobre o assunto” (ATA DA DÉCIMA ASSEMBLEIA DELIBERATIVA DA ANPEGE, 2013).

Na retomada as deliberações da assembleia foi avaliada a possibilidade de postergar a atual gestão para que houvesse tempo para a “sensibilização da importância da candidatura de uma nova chapa e a realização de uma assembleia extraordinária para a nova eleição”. Diante disso e de breves apontamentos, a proposta foi aprovada, assim como a criação de uma comissão eleitoral (ATA DA DÉCIMA ASSEMBLEIA DELIBERATIVA DA ANPEGE, 2013).

Compuseram a diretoria de 2014/2015 da ANPEGE os professores Eliseu Savério Sposito (Presidente), João Lima Sant’Anna Neto (Secretário) e Charlei Aparecido da Silva (Tesoureiro). O professor Eliseu Savério Sposito (2015), em discurso na sessão de encerramento de sua gestão no XI ENANPEGE, realizado na cidade de Presidente Prudente - SP, em 2015, destaca a importância e o caráter estruturante da ANPEGE e esclarece que foram menos de dois anos de gestão “alimentada pela necessidade de manter a ANPEGE viva”.

Nesse sentido, Eliseu Savério Sposito (2015) lembra que em dezembro do ano de 2013 recebeu, pela internet, um comunicado (documento enviado a todos os coordenadores

dos programas de pós-graduação em Geografia dentro dos termos do regimento da Associação) da professora Maria Tereza D. Paes (presidente da ANPEGE/2011-2013) informando que se não houvesse uma chapa de candidatura à diretoria da ANPEGE até 31 de dezembro daquele ano, ela (ANPEGE) seria dissolvida e depois teria que ser novamente “inventada” (ASSEMBLEIA FINAL XI ENANPEGE em 2015).

Segundo Eliseu Savério Sposito (2015), aquilo o deixou frustrado e preocupado diante da representação que a ANPEGE possui, e mediante as conversas com os colegas decidiu formar uma chapa e um conselho fiscal, sendo eleitos por unanimidade pelos coordenadores de todos os programas de pós-graduação que estavam presentes, em fevereiro de 2014, numa assembleia extraordinária na UNICAMP - SP.

A diretoria de 2016/2017 da ANPEGE está constituída pelos professores Dirce Maria Antunes Suertegaray (Presidente), Cláudia Luísa Zeferino Pires (Secretária), Charlei Aparecido da Silva (Tesoureiro).

Como observado, a ANPEGE é uma Associação que tem uma trajetória e, portanto, uma história, congregando a pós-graduação e a pesquisa no Brasil, orientando o crescimento e a qualidade dos programas de pós-graduação, bem como nas suas ações, visando o fortalecimento teórico da ciência geográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos elementos discutidos e tendo em vista os objetivos estabelecidos, busca-se aqui, apresentar, algumas considerações finais diante dos resultados que a pesquisa alcançou, tornando visível uma realidade da associação e suas diretorias. Nesse sentido, pode-se compreender que a pós-graduação em Geografia no Brasil, somente veio ter uma associação (reconhecida oficialmente) que representasse as pesquisas e assuntos relativos à pesquisa e pós-graduação na década de 1990 – ANPEGE, até então, era a AGB o principal órgão representativo aos assuntos da Geografia como um todo.

Até a criação oficial da ANPEGE, diversos fatores dificultaram sua formação, principalmente pelo vínculo de relações políticas estabelecidas e de resistência (razões ideológicas) por parte de geógrafos ligados a AGB que eram desfavoráveis a sua criação. Nos primeiros anos de existência a ANPEGE configurou-se a partir da ideia e esforço de revelar a alta qualidade da ciência geográfica brasileira, fazer-se representar na comunidade científica e propor questões de interesse das ciências humanas em geral nas possibilidades de discussão de política científi-

ca quando solicitada. Por outro lado, nos últimos anos, a ANPEGE é vista sob uma série de críticas, principalmente pela necessidade de mudança na organização de sua gestão, seu papel, sua representatividade e força política no campo científico da pós-graduação em Geografia diante de um cenário produtivista na pesquisa e competitividade na política de fomento.

Assim, muitos pesquisadores avaliam enquanto uma associação frágil que vem perdendo sua função e se limitando a uma entidade que realiza um evento bianual. Entretanto, mesmo a entidade não tendo força política suficiente para estabelecer prioridades e demandas junto aos órgãos de coordenação geral da pós-graduação (notadamente a CAPES) e de fomento (CAPES, CNPq, FAPs estaduais), a ANPEGE incorpora um poder significativo no sentido da composição de suas diretorias, sempre a frente da presidência com pesquisadores de instituições de ensino renomadas do país.

Contudo, abre-se a necessidade de considerar que a ANPEGE é uma Associação nova, com pouco mais de 22 anos de existência, e as gestões das diretorias têm buscado se fortalecer politicamente em relação ao pouco diálogo com as outras associações e entidades, nas questões organizativas e administrativas, embates, acordos e mudanças conferidas ao estado das pesquisas e programas de pós-graduação de Geografia no país.

REFERÊNCIAS

1. ANAIS. I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 1. Aracaju, 1995.
2. ANAIS. II Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2. Rio de Janeiro, 1997.
3. ANAIS. V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 5. Florianópolis, 2003.
4. ANAIS. VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 6. Fortaleza, 2005.
5. ANAIS. VII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 7. Niterói, 2007.
6. ANAIS. VIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 8. Curitiba, 2009.
7. ANAIS. IX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 9. Goiânia, 2011.
8. ANAIS. X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 10. Campinas, 2013.

9. ANTUNES, Charles da França. A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) - origens, idéias e transformações: notas de uma história. Tese (em Geografia) Programa de Pós- Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niteroi- RJ, 2008.
10. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA. [s.l], *Ata*. Assembléia geral da ANPEGE. n.1, 1995.
11. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA. [s.l], *Ata*. Assembléia geral da ANPEGE. n.2, 1997.
12. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA. São Paulo, *Ata*. Assembléia geral da ANPEGE. n.3, 1999.
13. BOLETIM INFORMATIVO DA ANPEGE. Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Geografia. Boletim. [s.i], n. 4, 2. Quinz., Agos., 2007.
14. BOLETIM INFORMATIVO ANPEGE. Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Geografia, Boletim. [s.i], n. 2, junho, 2007.
15. BOLETIM INFORMATIVO DA ANPEGE. . Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Geografia. Boletim. [s.i], n. 08 , Fev., 2009.
16. CONTI, José Bueno. Entrevista. Geosul, Florianópolis, v.17, n.33, p 205-222, jan./jun. 2002.
17. CURY, C. R. J. “Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65”. Revista Brasileira de Educação, ANPED, n. 30, p.7-20, set/dez – 2005.
18. ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL. *Ata*. n.1, Assembléia geral, São Paulo, 1984.
19. ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL. *Ata*. n.2, Assembléia geral, Rio de Janeiro, 1986.
20. ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL. *Ata*. n.3, Assembléia geral, Rio Claro/SP, 1987.
21. ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL. *Ata*. n.4, Assembléia geral, Santa Catarina, 1993.
22. Entrevista com o professor José Borzacchiello da Silva. Geosul, Florianópolis, v. 24, n. 47, p 199-221, jan./jun. 2009.
23. FERNANDES, Suellen Wallace Rodrigues. Contribuições da Ciência Geográfica às Políticas Públicas. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de Brasília, 2015.
24. GERARDI, L.H. O. ANPEGE: O resgate de uma história. Revista da ANPEGE, ano 1, n. 1, Curitiba- PR, 2003.
25. KAROL, E. Geografia política e geopolítica no Brasil (1982-2012). Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas, São Paulo: USP, 2013.
26. MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez Anos (A renovação da Geografia no Brasil no período 1978-1988). Geographia – Ano. II – No 3 – 2000.

27. ROMÊO, José Raymundo Martins; ROMÊO, Christiane Itabaiana Martins; JORGE, Vladimyr Lombardo. Estudos de Pós-Graduação no Brasil. ES/2004/ED/PI/19, UNESCO, 2004. p.19. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139901por.pdf>.
28. SILVA, J. B. DA; OLIVEIRA, M. P. A Trajetória da Pós-Graduação no Brasil e a ANPEGE: Algumas questões. Revista da ANPEGE. v. 5, 2009
29. SANTOS, A. L. F.; AZEVEDO, J. M. L. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional. Revista Brasileira de Educação, v. 14 n. 42 set./dez. 2009.
30. SOUZA, Aduino de Oliveira. Conjuntura política brasileira, a geografia e a AGB. Boletim goiano de geografia. 26, n. 2: 71-86, 2006.
31. SPOSITO, E. S. Geografia e Filosofia: Contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004, p.218.
32. SUERTEGARAY, D. M. A. Rumos e rumores da Pós-graduação e da pesquisa em Geografia no Brasil. Revista da ANPEGE. v. 3, 2007.
33. MACHADO, Valeriê Cardoso. O Tratamento da questão ambiental na Geografia Brasileira: Uma análise dos Anais dos eventos científicos de Geografia e Educação entre 1980 e 2008. In *Anais*, 9. Encontro Nacional da Associação Nacional de pesquisa e pós-graduação em Geografia, Goiânia-Go, 2011.

Artigo recebido em 25 de abril de 2016.

Artigo aceito em 13 de julho de 2016.